http://journal.unoeste.br/index.php/cs/index
DOI: 10.5747/cs.2019.v3.n3.s075
ISSN on-line 2526-7035

Colloquium Socialis

Submetido: 15/08/2019 Revisado: 22/08/2019 Aceito: 31/08/2019

AS REDES SOCIAIS E O TRIUNFO DE SCHOPENHAUER

Sheila Regiane Franceschini, Luciana Carolina Fernandes de Faria

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. E-mail: sheilafranceschini@hotmail.com

RESUMO

O presente texto traz um breve estudo sobre a obra de Arthur Schopenhauer, “A arte de ter razão”, na qual o autor apresenta 38 estratagemas para vencer uma argumentação. Estabelecendo-se uma comparação entre as técnicas apresentadas e o ambiente das redes sociais, é possível verificar como esta obra é atual, justificando diversos comportamentos sociais inerentes à vida humana e amplificados pelas tecnologias digitais das quais fazemos uso, em que a busca pela verdade é suplantada pela necessidade de ter razão, de forma a sempre vencer o oponente. Neste sentido, podemos atribuir à ausência de uma educação amparada nos conceitos filosóficos, que nos conduzissem a uma vida ética e empática, o triunfo da argumentação proposta, ironicamente, por Schopenhauer.

Palavras-chave: Schopenhauer. Redes Sociais. Tecnologias. Razão. Verdade.

SOCIAL NETWORKS AND SCHOPENHAUER’S TRIUMPH

ABSTRACT

The present text brings a brief study on the work of Arthur Schopenhauer, "The Art of Being Right", in which the author presents 38 stratagems to overcome an argument. By establishing a comparison between the techniques presented and the environment of social networks, it is possible to verify how this work is current, justifying several social behaviors inherent to human life and amplified by the digital technologies of which We make use, in which the search for truth is supplanted by the need to be right, so as to always beat the opponent. In this sense, we can attribute to the absence of an education supported by philosophical concepts, which lead us to an ethical and empathic life, the triumph of the proposed argumentation, ironically, by Schopenhauer.

Keywords: Schopenhauer. Social networks. Technologies. Reason. Truth.

INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais, especialmente aquelas referentes ao uso da inteligência artificial, dos controles algorítmicos e da gama de suportes disponíveis para facilitar a comunicação entre as pessoas, vêm produzindo seus impactos, revelando uma profunda transformação nos modos como interagimos uns com os outros, na vida em sociedade.

O uso dessas tecnologias tem tornado a comunicação cada vez mais ágil e tem acelerado o desenvolvimento e expandido nossas capacidades cognitivas, motoras, sensíveis. Tem, ainda, propiciado maior acesso à informação que, longe de ser sempre validada como fidedigna, exige critérios de avaliação mais apurados para considerá-la verdadeira, útil ou endossável.

Essas tecnologias, por outro lado, também têm sido utilizadas para divulgar notícias e informações duvidosas, por vezes inverídicas, que denominamos de *fake news,* influenciando a formação de opinião de todos que acessam redes sociais, páginas e conteúdos diversos na internet.

As redes sociais, especialmente, podem ser vistas como ambientes de relacionamento caracterizados como uma parte da estrutura social na qual as pessoas compartilham

informações, modos de expressão, sentimentos e opiniões, de forma conectada.

Por sua natureza, as redes sociais amplificam a publicação de dados, atingindo um contingente muito maior do que as formas convencionais de divulgação de notícias e dados, a imprensa ou outros veículos de comunicação, de maneira a dar grande visibilidade a ocorrências ou fatos dos quais não se tem absoluta certeza de serem válidos. Esse é o espaço e o tempo da pós-verdade.

Nestas condições, os usuários das redes sociais compartilham tudo aquilo que julgam e consideram correto, verdadeiro ou significativo para a manutenção de seus relacionamentos; ou na defesa ou refutação de ideias e conteúdos, a fim de obter um maior número de contatos, por reciprocidade de opiniões e/ou convicções.

Num exercício de argumentação, todos desejam ter razão. Ainda que suas opiniões não sejam baseadas em dados ou fontes seguras, todos almejam a consagração de suas postagens como válidas. E é nesse contexto que, argumentamos, as ideias de Schopenhauer trazem luz a esse estudo.

Arthur Schopenhauer (1788-1860), filósofo alemão do século XIX, é conhecido por seu trabalho a respeito da vontade humana, de natureza insaciável e como manifestação metafísica da existência humana. Seu trabalho é marcado pelo idealismo transcendental de Kant (1724-1804) e pelo pessimismo filosófico, tendo apresentado alguns conceitos budistas e indianos em suas reflexões.

Ele acreditava no amor como meta de vida, porém não associado ao estado de felicidade. Para ele, o amor era apenas a vontade cega e irracional que todos os seres têm a fim de dar continuidade à vida, por meio da reprodução. A sensação de felicidade que o amor traz é uma espécie de interrupção temporária do querer, é a fuga de uma dor imposta pela vontade.

Para Schopenhauer (s/d) o sofrimento é positivo, pois é fácil e constante, enquanto a felicidade é negativa e esporádica. A dor e o tédio são inerentes à existência, já o prazer é fugaz. Se a busca pelo prazer configura o modo de vida, enquanto interrupção da dor, então se conclui que "viver é sofrer", pois nunca estaremos plenamente saciados em nossas vontades e, sendo assim, devemos buscar uma existência menos infeliz possível, aceitando a plausibilidade e transitoriedade da vida. Conforme ele nos diz,

> Num mundo como este, onde nada é estável e nada perdura, mas é arremessado em um incansável turbilhão de mudanças, onde tudo se apressa, voa, e mantém-se em equilíbrio avançando e movendo-se continuamente, como um acrobata em uma corda — em tal mundo, a felicidade é inconcebível. Como poderia haver onde, como Platão diz, tornar-se continuamente e nunca ser é a única forma de existência?
> Primeiramente, nenhum homem é feliz; luta sua vida toda em busca de uma felicidade imaginária, a qual raramente alcança, e, quando alcança, é apenas para sua desilusão; e, via de regra, no fim, é um náufrago, chegando ao porto com mastros e velas faltando. Então dá no mesmo se foi feliz ou infeliz, pois sua vida nunca foi mais que um presente sempre passageiro, que agora já acabou. (SCHOPENHAUER, s/d, p. 2).

Embora seja aclamado por sua obra "O mundo enquanto vontade e representação", de 1818, no qual desenvolve o seu pensamento a respeito da vontade, é a sua obra "A arte de ter razão", publicada em 1831, que ampara as fundamentações desse estudo. A obra traz 38 estratagemas nos quais Schopenhauer (2017) aborda maneiras de argumentar utilizadas na filosofia para obter sucesso e persuadir. O livro também é denominado "Como vencer um debate sem precisar ter razão em 38 estratagemas", vinculado comercialmente para discutir que o importante é alcançar a vitória na argumentação, ainda que esta não corresponda à realidade ou à verdade, por meios lícitos ou ilícitos. (CIVITA, 2005)

Ele usa de certa ironia em seu texto, já que, evidentemente, uma argumentação baseada nestas técnicas não é a melhor maneira que chegar a um conhecimento fidedigno, com

suporte em informações confiáveis. As técnicas descritas no livro são baseadas na manipulação da informação, demonstrando a prática contumaz dos maus filósofos ou das pessoas mal intencionadas no exercício da argumentação de curta duração.

Tais indicações de Schopenhauer (2017), apesar de terem sido cunhadas no começo do século XIX, parece-nos semelhante ao atual fenômeno das interações dos usuários das redes sociais. Assim, este trabalho tem como objetivo discutir e buscar fundamentos para compreender o comportamento do ser humano nos ambientes virtuais de interação.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho, portanto, consiste em uma pesquisa teórica na qual, para alcançar o objetivo proposto, são apresentados alguns pontos das ideias de Schopenhauer (2017), com base na obra "A arte de ter razão", estabelecendo-se comparações com a realidade das interações virtuais na atualidade e como as mesmas carecem de informações ou estão amparadas em outros interesses que não correspondam ao alcance da verdade.

Também é objetivo dessa pesquisa, demonstrar a necessidade dos conhecimentos filosóficos na formação dos indivíduos com vistas a colaborar com a construção de uma sociedade mais ética e empática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito ou ideia de dialética foi abordado por diversos nomes da filosofia, especialmente os socráticos, ao longo da história. A dialética pode ser entendida como o exercício do diálogo ou do confronto; ou ainda como a lógica do provável, de algo que não pode ser demonstrado. Numa outra perspectiva pode, ainda, ser um método linguístico em que parte de alguma coisa deve ser separada ou dividida em partes contrárias ou opostas, de forma que se possa conhecer sua contradição e determinar qual destes é verdadeiro ou falso, subdividindo-se em partes cada vez menores até que se chegue a um termo indivisível, desprovido de oposição ou contradição. (FALABRETTI e OLIVEIRA, 2011, p. 65)

Diferentemente de outros autores no que se refere à compreensão de dialética como o próprio exercício de argumentação, Schopenhauer (2017) apresenta a ideia de dialética erística.

> A dialética erística é a arte de disputar, mais precisamente, de disputar de modo a ter a razão *per fas et nefas* [por meios lícitos e ilícitos]. Com efeito podemos ter razão *objetiva,* na coisa em si, mas estar errados aos olhos das pessoas presentes, às vezes até mesmo aos nossos próprios olhos. O adversário pode refutar minha prova, o que vale como refutação de minha própria asserção, para a qual, entretanto, pode haver outras provas; neste caso, é claro, a relação é inversa para o adversário: ele detém a razão, mas está objetivamente errado. Portanto, a verdade objetiva de uma proposição e sua validade na aprovação dos debatedores e ouvintes são duas coisas distintas. (É para esta última que a dialética se volta). (SCHOPENHAUER, 2017, p. 7).

A dialética erística é justificada pela perversidade inerente à natureza humana, pois se fôssemos, segundo Schopenhauer (2017), essencialmente honestos, não buscaríamos maneiras de suplantar a verdade das coisas em nome da necessidade de ter razão e convencer o outro de nossa superioridade intelectual. Ao contrário, sendo honestos, procuraríamos trazer a verdade à luz, independentemente de nossa opinião apresentada.

Assim, Schopenhauer (2017) expõe a vaidade como inata ao ser humano e para a qual se atribui a qualidade motivadora de nosso comportamento irritável na busca pela razão. É o interesse na vaidade, e não na verdade, que faz "o verdadeiro parecer falso e o falso, verdadeiro." (SCHOPENHAUER, 2017, p. 8)

Com relação à honestidade, o autor também adverte, que é bem possível que aquilo que sendo falso nos pareça verdadeiro e cujas premissas defendemos, seja o nosso convencimento sobre a realidade. Porém se ao sermos confrontados nos damos conta de nosso

equívoco, somos capazes de reavaliar nossas ideias.

> No entanto, até mesmo essa desonestidade, a insistência em uma tese que nos parece falsa a nos próprios, pode ser desculpável: é frequente que no início estejamos firmemente convencidos da verdade de nossa afirmação, mas depois o argumento do adversário parece derrubá-la; se logo abandonamos nossa causa, muitas vezes acabamos por descobrir que realmente tínhamos razão: nossa prova era falsa, mas poderia haver uma boa prova para nossa afirmação: o argumento salvador não nos ocorreu de imediato. (SCHOPENHAUER, 2017, p. 8).

Mesmo assim, nossa natureza é baseada em contrariar para impor nossas razões de maneira a manter a disputa à custa de uma desonestidade inerente a nós, numa retroalimentação entre o frágil entendimento sobre as coisas e a perversidade de nossa vaidade. Assim, "[...] em regra geral, quem disputa não luta pela verdade, mas por sua tese, como *pro ara et focis*[1], e procede *per fas et nefas*[2], pois, como já mostramos, não pode agir de outro modo" (SCHOPENHAUER, 2017, p.8).

Ele também explica sobre as diferenças entre a dialética natural e a lógica natural. A dialética enquanto capacidade de argumentar é, para Schopenhauer (2017), um dom natural desigualmente distribuído. E ele menciona,

> Pois ocorre com frequência que, mesmo tendo razão, nos deixemos confundir ou refutar por uma argumentação meramente aparente, ou inversamente; e, muitas vezes, quem sai vencedor de uma disputa deve sua vitória não tanto à correção de seu julgamento na exposição de sua tese, mas, antes, à astúcia e habilidade com que a defendeu. (SCHOPENHAUER, 2017, p.9).

Já a lógica natural tem um objeto determinável sem interferência da experiência, cujas leis do pensamento e o proceder da razão não nos induzem a erro. "A lógica se interessa pela mera forma das proposições; a dialética, por seu conteúdo ou matéria: justamente por isso a consideração da forma, isto é, do geral, devia preceder a do conteúdo, isto é, do particular." (SCHOPENHAUER, 2017, p.9-10)

Schopenhauer (2017) cita Aristóteles (384-322 a.C.) que, em seu trabalho denominado *Tópicos*, distingue a dialética da lógica e a expõe de maneira metódica e sistemática. Na busca pela verdade objetiva de uma proposição ou conceito procuramos:

> [...] 1) sua definição ou 2) seu gênero ou 3) seu elemento peculiar, sua característica essencial, o *proprium*, o *idion* ou 4) seu *accidens*, isto é, uma propriedade qualquer, não importa se peculiar e exclusiva ou não, em suma, um predicado. É a uma dessas relações que se deve remeter o problema de toda disputa. Essa é a base de toda a dialética. (SCHOPENHAUER, 2017, p. 10-11).

O termo *dialética* chegou a ser utilizado como sinônimo de *lógica* em diversos períodos da história, uma vez que ambos se utilizam das leis do pensamento para proceder à razão. Em outros períodos a compreensão de que dialética pudesse estar relacionada com uma "arte sofística da disputa", trouxe um sentido pejorativo à ideia de *dialética*. No entanto, podemos considerar que enquanto a lógica está mais relacionada aos procedimentos da razão pura, a dialética é a arte de pretender a razão.

Assim sendo, passamos à análise dos estratagemas. O de nº 1 expõe sobre a ampliação na interpretação mais geral possível de uma proposição. Devemos levar o oponente para além de seus limites naturais, exagerando-a. Quanto mais geral for a declaração do oponente mais

[1] Pela religião e pela pátria.
[2] Pelo certo e pelo errado. Pelo lícito e pelo ilícito.

vulnerável e fácil de objetar ela se torna. Quanto mais restritas forem as próprias declarações, mais defensáveis elas serão. No nº 2 temos a ideia de homonímia como prática de estender o significado das palavras para outras similares a ela, ou seja, utilizar significados diferentes das palavras do oponente para refutá-las depois. Já o estratagema nº 3 trata da prática de relativizar a afirmação do oponente, ignorando-a e compreendendo-a num sentido diverso e amplo para refutá-la em seguida com algo diferente do que foi dito. Estes primeiros estratagemas estão relacionados entre si e têm em comum o fato de responder ao oponente diferentemente do que foi exposto.

Seguimos no estratagema nº 4 em que, para se chegar a uma conclusão, devemos evitar a previsibilidade e assim evitar que o adversário tente derrubá-la. Ocultar a conclusão até o final da argumentação, dispersando premissas e fazendo que o oponente concorde com elas em momentos diversos é uma maneira de evitar que o objetivo da argumentação seja fragilizado e que o oponente não consiga delas discordar por já haver manifestado concordância.

No estratagema nº 5 as crenças do oponente devem ser utilizadas contra ele. Também podemos utilizar premissas falsas caso o oponente não admita as verdadeiras, para fragilizar sua argumentação, posteriormente.

No nº 6 temos a expressão *petitio principii*[3] em que a retórica falaciosa permite inverter o resultado da conclusão com alguma premissa, o que deveria ser provado deve ser ocultado utilizando-se um nome diferente, por exemplo. Dessa forma, deixamos a questão confusa apenas modificando as palavras do oponente naquilo que ele deseja provar.

Segue-se o nº 7 no qual a disputa rigorosa se dá na realização de uma longa lista de perguntas, abrangentes ao mesmo tempo com a pretensão de fazer inferir a verdade da afirmação a partir da admissão do adversário.

> Perguntar muitas coisas de uma só vez e em detalhes para ocultar aquilo que realmente se quer que seja admitido e, por outro lado, apresentar rapidamente a argumentação resultante do que foi admitido, porque os que são lentos em compreender não podem seguir com precisão e não percebem os eventuais erros ou lacunas na demonstração. (SCHOPENHAUER, 2017, p. 25-26).

No estratagema nº 8 o objetivo é suscitar a fúria do oponente e dessa maneira desestabilizá-lo em sua capacidade de julgamento. Este recurso é comumente utilizado e observável em diversas situações da atividade social e virtual.

O de nº 9 é a estratégia de não realizar perguntas numa ordem tal que permita ao oponente chegar à conclusão e, assim, preveni-lo ou facilitar a ele o desenvolvimento de sua argumentação.

> Não fazer as perguntas na ordem exigida pela conclusão a ser extraída delas, mas com todos os tipos de deslocamentos: o adversário não sabe onde queremos ir e não pode se precaver. Ou podemos utilizar suas respostas para conclusões diferentes, até opostas, conforme sua natureza. Isto está relacionado com o estratagema 4, na medida em que devemos dissimular nosso procedimento. (SCHOPENHAUER, 2017, p. 26).

No nº 10, quando o adversário dá as respostas negativas para as perguntas que deveria responder afirmativamente, devemos perguntar o oposto da tese que queremos nos servir, confundindo-o.

Se fizermos uma indução e o adversário nos conceder a concordância de algumas premissas, devemos nos abster de sua concordância geral, introduzindo posteriormente a nossa conclusão como estabelecida ou admitida por ele, de forma a levá-lo à crença de que assim admitiu e dando ao público essa impressão: esse é o estratagema nº 11.

No estratagema nº 12, se o discurso sobre um conceito não tem nome próprio, deve-se designá-lo por meio de metáforas ou uma linguagem que favoreça a nossa afirmação.

[3] Pedir a premissa (retórica falaciosa)

"Trata-se, basicamente de uma sutil *petitio principii*[4]*:* aquilo que se quer demonstrar já é inserido na palavra, na denominação, das quais ele é, em seguida, extraído por um mero juízo analítico". (SCHOPENHAUER, 2017, p. 27-28)

Para fazer com que o adversário assuma a nossa tese devemos fornecer o seu contrário e deixar que ele faça sua escolha, levando-o a um paradoxo, e fazendo com que ele aceite a nossa tese para evitar a controvérsia: temos o estratagema 13. Schopenhauer exemplifica: "É como colocar cinza ao lado do preto, para poder chama-lo de branco; ou ao lado do branco, para poder chamá-lo de preto". (SCHOPENHAUER, 2017, p. 28)

Já o de nº 14, é a tentativa de enganar o oponente pela timidez ou estupidez de suas respostas. Quando estas respostas não satisfizerem às nossas perguntas, devemos apresentar, solenemente, nossa conclusão mesmo que esta não decorra das respostas de nosso oponente, levando-o ao engano, descaradamente.

No estratagema nº 15, ao expor um paradoxo ou proposição de difícil comprovação, deve-se aguardar por um momento nossa argumentação, propondo ao oponente a aceitação ou rejeição de qualquer tese correta, mas não óbvia, para extrair dela a nossa demonstração de certeza no engano de nosso oponente.

A expressão *argumenta ad hominen*[5] ou *ex concessis*[6] é a base do estratagema nº 16, em que diante de uma afirmação do adversário procuramos ver se ela está em contradição com alguma coisa dita anteriormente. No caso de alguém que defende o suicídio poderíamos responder com outra pergunta: Porque não se enforca? Este é um exemplo deste estratagema.

Se o adversário nos pressiona com alguma contraprova, podemos nos safar com uma sutil distinção que não havíamos feito antes, quando a questão admitir um duplo sentido ou for ambígua: eis o estratagema nº 17.

Quando o oponente argumentar de maneira que nos leve à derrota, devemos impedir que conclua, interrompendo o debate e retirando-se imediatamente. Esta técnica é a *mutatio controversiae*[7], no estratagema nº 18.

Se o adversário nos pede que apresentemos alguma objeção à sua afirmação e não temos nada a dizer, devemos levar a argumentação para um âmbito geral e contrariá-la. Este é o estratagema nº 19.

No de nº 20, quando pedimos as premissas ao adversário e ele as concedeu, não devemos pedir que ele concorde diretamente com a nossa conclusão, mas extraí-la, nós mesmos, como se ela tivesse sido admitida por nosso oponente, é a máxima *fallacia non causae ut causae*[8]*.*

Já o estratagema nº 21, trata de perceber um argumento meramente aparente, superficial ou falso do adversário, podendo realmente refutá-lo, mostrando a natureza insidiosa e falaciosa de seu argumento, rebatendo-o para vencê-lo. O que importa não é a verdade, mas sim a vitória.

No estratagema nº 22, caso o oponente exija que admitamos alguma coisa da qual se seguiria a conclusão, devemos recusar-nos a fazê-lo alegando que isso é uma *petitio principii*[9]*.*

A contradição e a disputa levam ao exagero das afirmações. Instigar o adversário a amplificar suas declarações, além dos limites, enquanto contradizemos a sua manifestação. Este é o de nº 23.

No estratagema nº 24, devemos recorrer a um falso silogismo. A manipulação das consequências por meio de falsas inerências e distorção de conceitos enfraquece a força da tese do adversário.

Caso o oponente esteja generalizando, devemos realizar uma refutação indireta (APAGOGE), um argumento indireto provando uma coisa através de um absurdo ou impossibilidade, dando um exemplo contrário para derrubar a proposição dele. Este é o estratagema nº 25.

Já no nº 26, temos a máxima *retorsio argumentii*[10], na qual o argumento do adversário pode ser usado contra ele próprio. Trata-se de uma inteligente manobra quando bem utilizada.

Se o adversário se irrita inesperadamente diante de um argumento nosso, é preciso insistir nesse argumento, pois este representa a sua fraqueza, o ponto frágil de sua argumentação: eis o nº 27.

Quando pessoas cultas discutem perante ouvintes incultos, ou que não sejam autoridades

[4] Idem ao 3.
[5] Argumento contra a pessoa.
[6] Argumento de concessões.
[7] Mudança de debate.
[8] Falácia como causa da causa.
[9] Idem ao 3.
[10] Argumentos retóricos.

no assunto, devemos levantar uma objeção inválida para deixar o oponente sem credibilidade diante dos demais. Fazê-lo parecer ridículo enquanto ele tenta se defender. Este é o estratagema nº 28.

Se percebermos que vamos ser derrotados, provocamos uma diversão, falando de algo completamente estranho ao tema, como se tivesse relação com o assunto, de acordo com o estratagema nº 29.

Argumentum ad verecundiam[11] é o argumento baseado no respeito. Em vez da razão, necessitamos apelar para a autoridade. Se o oponente respeita uma autoridade ou especialista, então devemos mencionar essa autoridade para validar nosso argumento. Neste estratagema de nº 30, Schopenhauer (2017) explica:

> Os incultos têm um respeito particular por floreios gregos e latinos. Pode-se também, se necessário, não só deturpar as autoridades, mas simplesmente falsifica-las, ou até mesmo inventá-las, sem cerimônia: na maior parte das vezes, o adversário não tem livro à mão, nem saberia consultá-lo se tivesse. (SCHOPENHAUER, 2017, p.37).

No estratagema nº 31, devemos declarar a própria incompetência, com alguma ironia, quando não soubermos nos opor às razões do oponente. Isso transmite às pessoas uma boa imagem e coloca em risco a credibilidade do oponente.

Já no estratagema nº 32, uma maneira eficaz de se livrar da declaração do oponente é colocá-la sob suspeita, ou numa categoria odiosa. A fazer isso, supomos que aquela afirmação é idêntica a essa categoria; ou que essa categoria foi refutada e não poderia nela haver qualquer verdade. (SCHOPENHAUER, 2017)

Chegando ao estratagema nº 33, a admissão das premissas do oponente, porém com a negativa de sua conclusão é a melhor estratégia. Como dizer: "Isso pode ser verdade na teoria, na prática é falso. [...] Aquela afirmação é uma impossibilidade: o que é verdadeiro na teoria deve sê-lo também na prática; se não o é, então há um erro na teoria, algo foi esquecido e não foi levado em conta; por consequência, a teoria também é falsa". (SCHOPENHAUER, 2017, p. 41).

No estratagema nº 34, se o adversário não responde ou se esquiva por meio de outra pergunta, isto é um sinal de fraqueza. É no ponto frágil que devemos insistir até que sucumba em sua argumentação.

Segue-se no de nº 35, no qual, ao invés de agir sobre o intelecto do oponente ou no rigor da argumentação, devemos agir sobre suas motivações, suas opiniões, que se forem prejudiciais ao seu próprio interesse, obrigará o oponente a abandonar a argumentação.

Aturdir, desconcertar o oponente com um vocabulário elaborado, mas sem sentido, para aparentar que possui mais conhecimento que o oponente pode compreender, é a estratégia do nº 36. O intuito desse estratagema é constranger o oponente para que, à primeira oportunidade, não dê continuidade ao seu pensamento.

No estratagema nº 37, caso o adversário tenha razão, mas não tenha uma prova consistente, isso é uma condição plenamente favorável para encerrar a discussão. Schopenhauer afirma que este deveria ser um dos primeiros estratagemas, no qual exemplifica: "Se o adversário tem razão na questão, mas felizmente escolhe uma má prova, conseguimos facilmente refutar esta prova e depois fazemos passá-la por uma refutação de toda a questão. [...] Se não lhe ocorre, ou a nenhum de seus assistentes, uma prova mais exata, nós então saímos vitoriosos". (SCHOPENHAUER, 2017, p. 46).

Por fim, no estratagema nº 38, o ataque pessoal, com insultos e grosserias, especialmente quando o oponente está em vantagem, é uma técnica muito popular e utilizada, atacando-se a vaidade e a autoestima do oponente ao compará-lo com outras pessoas.

> Quando percebemos que o adversário é superior e não conseguimos ter razão, nós então nos tornamos pessoais, ofensivos, grosseiros. Tornar-se pessoal consiste em abandonar o objeto da disputa (porque se trata de um jogo perdido) e atacar de alguma maneira o adversário, sua pessoa

[11] Argumento para a vergonha (Falácia da autoridade).

> [...] É uma apelo de forças do intelecto às do corpo, todo mundo é capaz de aplica-la, sendo, portanto utilizada com frequência. (SCHOPENHAUER, 2017, p. 46-47).

Schopenhauer (2017, p. 48) cita Aristóteles quando indica que, segundo este, não se deve discutir com o primeiro que aparecer, mas apenas com aqueles que conhecemos e dos quais sabemos que têm entendimento suficiente para não apresentar algo absurdo, e ao discutir, usar a razão e não palavras autoritárias. No entanto, suas recomendações consideram que a disputa é mutuamente benéfica para corrigir os próprios pensamentos e criar novos pontos de vista, mas que ambos os disputantes devem fazê-lo com erudição e inteligência.

Não obstante os estratagemas aqui esboçados sejam prática contumaz na história da humanidade, pela natureza do próprio ser humano, e nos diversos espaços de vida em sociedade, é nas redes sociais que podemos presenciar com requintes, a utilização mais corriqueira e naturalizada das técnicas apresentadas por Schopenhauer (2017).

Isso não quer dizer que as redes sejam o espaço exclusivo de sua utilização, pois tais técnicas ocorrem diuturnamente nos mais diversos locais e circunstâncias, de forma inerente ou proposital, mas indica que as redes sociais generalizam estas técnicas como conduta comum e aceita pela coletividade.

Destarte, percebemos que as redes sociais têm a capacidade de ampliar a reverberação de postagens, em razão de uma veiculação muito mais abrangente, para um número de pessoas muito maior e com grande impacto na geração de opinião. A necessidade de comunicar uma ideia, ainda que não possua uma base sólida ou veracidade não é tão importante quanto a necessidade de comunicá-la, simplesmente.

A facilidade em manifestar a própria opinião sem a necessidade de que um contra argumento venha contrariá-la não é problema uma vez que em sua página pessoal o usuário das redes sociais se sente absolutamente legítimo e seguro para expor suas ideias. Nem mesmo o risco da responsabilidade por danos gerados a outrem pode afastá-lo do arbítrio de postar e compartilhar suas opiniões e expressões, como e onde quiser, numa verdadeira simbiose com a máquina.

> Se a lei do organismo é perdurar, no cerne da vida humana, encontra-se sua necessidade socializadora exercida por sua faculdade de comunicar. Talvez esteja aí uma das chaves para se compreender o frenesi, a exponenciação da comunicação humana que tem resultado da simbiose com o computador e seu séquito de complementos, plataformas e aplicativos. Em poucas décadas, tudo foi sendo varrido e nada mais continua a ser como era antes: o livro não é mais o que era, o jornal não cessa de se transformar, a foto, o cinema e o vídeo se expandem até a perda de quaisquer fronteiras, o futuro da TV virou uma incógnita, as agências de publicidade estão passando por mutações. E nada disso dá quaisquer sinais de estagnação, pois não parece haver parada para as alterações exponenciais da curva tecnológica: vidas sincronizadas entre os espaços físicos e as nuvens informacionais, internet das coisas, comunidades *borgs*, computadores afetivos, leitores de emoções, sensores por toda parte, ambientes e cidades sencientes, computação vestível, nanorrobôs, é todo um conjunto inquietante e desconcertante de transmutações nas ecologias do existir que estão se avizinhando de nós. Diante disso, às próteses tecnológicas que vão sorrateiramente tomando conta cada vez mais intensamente das nossas vidas, urge que se

> somem próteses reflexivas, pensamentos que se debrucem e se demorem sobre esse complexíssimo estado de coisas, não só para descrevê-lo, mas, sobretudo, para pensá-lo, avaliá-lo a fim de promover uma adaptação crítica e ética do ser humano às suas inéditas condições de existência. (SANTAELA apud FERRARI, 2016, p. 12-13).

Bem é verdade que a experiência nas redes sociais é medida por camadas de interpretação similares a níveis de compreensão, até que cheguemos à realidade de uma informação. Isso quer dizer que uma imagem, uma foto, uma mensagem ou citação, nem sempre reproduzem a realidade dos fatos ou da vida do usuário em questão: parecer é muito mais importante que ser.

É salutar lembrar que a necessidade de comunicar excessivamente por meio das redes sociais pode refletir uma profunda solidão e um estado ilusório de reciprocidade e conhecimento. Ao ler matérias, notícias e imagens nas redes sociais, construímos uma leitura superficial da realidade mascarada pela fantasia de que a velocidade de veiculação nos informe sobre todas as coisas.

O conhecimento e a profundidade da informação, a busca pela verdade ou a essência das coisas dependerá tanto mais de nosso empenho na checagem dos dados e no aprofundamento das leituras que dão suporte as ideias compartilhadas nas redes sociais. De acordo com FERRARI (2018),

> Não assimilamos a tecnologia na mesma velocidade em que ela se desenvolve. Então, temos um *delay* do corpo, da mente. O tempo do corpo, das estações do ano, das instituições, das escolas é mais lento do que o tempo das plataformas. Compartilhamos *fake news* porque, na maioria das vezes, nem sequer clicamos no texto que recebemos e precisamos de alguns minutos para refletir sobre o que lemos, porque "o dedo" [para clicar no compartilhamento ou no *like*] é mais rápido do que o tempo do cérebro para assimilar aquela informação. (FERRARI, 2018, p. 25).

Compreender a humanidade que nos pertence implica em conhecer as dimensões do ser humano. Segundo Aristóteles o ser humano existe em três dimensões: 1) O homem como um ser prático: é a dimensão da capacidade de agir conforme seus sentidos e vontades motivados pelas necessidades cotidianas e viscerais, sem a necessidade de refletir a respeito; 2) O homem como um ser teórico: é a capacidade de exercitar a razão, buscar pela verdade no aprofundamento dos conhecimentos, na teorização e transmissão de ideias, da intelectualidade impondo-se à irracionalidade do agir; 3) O homem como um ser da *Poiesis:* é a dimensão da possibilidade de fazer, executar, criar, expressar-se através da união entre o intelecto e o desejo no alcance da sabedoria de agir. Ao conseguir incorporar criticamente essas três dimensões, alcançamos a capacidade da dimensão dialética que denomina-se práxis, enquanto modo de bem viver.

Mas para Schopenhauer (2019) a verdade está baseada e provém da capacidade do indivíduo reconhecer a própria essência enquanto vontade. Quando se busca essa essência, assumindo a vontade como inerente à vida, alcança-se um nível ético de profunda honestidade. A verdade filosófica tem origem subjetiva e essa relação deve ajudar a, de alguma maneira, transpor o interior da individualidade para assumir os domínios da natureza, acrescentando a esta um significado implacável.

> A verdade pode esperar: pois ela tem uma vida longa à frente de si. O autêntico e seriamente intencionado sempre trilha seu caminho devagar e alcança o seu fim; é certo que quase como que por um milagre: pois em seu aparecimento ele é via de regra recebido com frieza e desprezo, devido ao mesmo motivo pelo qual também mais tarde, quando, chegando à

> posteridade, atinge o completo reconhecimento, a maioria inumerável da humanidade segue confiando puramente na autoridade, de modo a não se comprometer, enquanto o número de seus genuínos apreciadores, entretanto, permanece quase tão pequeno quanto no começo. No entanto, esses poucos são capazes de manter o seu prestígio, pois eles mesmos são prestigiados. Eles o passam adiante de mão em mão por sobre as cabeças da multidão inepta através dos séculos. Tão difícil é a existência da melhor herança da humanidade. – Pois se a verdade, para que fosse verdadeira, tivesse de pedir autorização àqueles que têm coisas totalmente distintas no coração, então seria certamente permitido duvidar de seu conteúdo, então seria para ela frequentemente um bom conselho a profecia das bruxas: *"Fair is foul, and foul is fair*" (Shakespeare, Macbeth, I, I). Mas felizmente não é assim: a verdade não depende de nenhum favor ou desfavor e não precisa pedir autorização a ninguém; ela se mantém sobre os próprios pés, o tempo é seu conterrâneo, sua força é irresistível, sua vida, indestrutível. (SCHOPENHAUER, posição 668 de 3560, Edição do Kindle).

Assim, a utilização das redes sociais, tal qual um extrato da vida em sociedade, porém maximizada pela velocidade do compartilhamento, reforçada pela cultura da participação e pela ubiquidade, revela o próprio indivíduo ciente de sua vontade e da própria essência, conforme este filósofo nos ensina, resultando num uso mais positivo, significativo ou não desses suportes tecnológicos.

Se temos a vontade aliada à informação, favorecida pela cognição e pela oportunidade de aprender, também temos o arbítrio de nos manifestar sobre aquilo que consideremos importante, útil ou produtivo, ao invés de compartilhar o que não favorece a coexistência.

> Acima de tudo, porém, é preciso saber distinguir vontade de arbítrio e compreender que a primeira pode existir sem o último; o que de fato é pressuposto por toda a minha filosofia. Arbítrio é a vontade ali onde ela é iluminada pela cognição, onde, portanto, motivos, isto é, representações, agem como sua causa motora: quer dizer, expresso de modo objetivo, onde a ação externa que causa o ato é mediada por um cérebro. O motivo pode ser definido como um estímulo externo, cuja ocasião gera uma imagem no cérebro, sob cuja mediação a vontade realiza o efeito propriamente dito, a ação corporal. (SCHOPENHAUER, posição 939 de 3560, Edição do Kindle).

E embora sejamos capazes de produzir ações manifestamente más, inverídicas e, por vezes, injuriosas, como nos indica Schopenhauer, há sempre a possibilidade de realizar uma melhor escolha, transformando nossas atitudes.

CONCLUSÕES

A obra "A arte de ter razão" de Arthur Schopenhauer não ignora a importância de buscarmos a verdade como base para a compreensão de mundo, mas apresenta de uma maneira sagaz a capacidade humana em suplantar a busca da verdade pela necessidade de ter razão, de gerar autoridade sobre um dado ou informação, mesmo que esta não corresponda à realidade.

Nesse sentido, podemos notar a profunda correspondência entre a obra e os fenômenos midiáticos frutos do uso contínuo das redes sociais. Sejam quais forem as plataformas de compartilhamento de informações, estas têm sido o lugar da manifestação mais evidente das ideias do autor, vez que todas as técnicas abordadas nos estratagemas surgem como recursos de sustentação de falsas notícias, desmoralização do oponente, argumentações falaciosas e comprometimento das relações, em nome da razão e não da verdade.

O controle algorítmico fará o papel de selecionar os usuários por grupos de reciprocidade, as chamadas "bolhas", em que, por meio das buscas por assuntos, itens de consumo ou compartilhamento de ideias, permanecerão em contato uns com os outros, intensificando o poder das mensagens compartilhadas e tornando real ou crível para a maioria, aquilo que não necessariamente seja verdade.

Nesse contexto, a notícia ou informação, ainda que inverídica, compartilhada por alguém confiável ganha um papel de destaque e confiabilidade no grupo do qual pertence o usuário, ajudando a consolidar suas convicções, transformando-as em suas verdades, naturalizando o comportamento humano em torno da busca pela razão.

Quase se pode afirmar que a obra em questão aqui apresentada tornou-se um espelho para a sociedade da qual fazemos parte. Em nada o autor exagerou no que se refere à natureza humana pela busca da razão em detrimento da verdade.

Podemos dizer também que a obra é como uma profecia para um tempo que, ao contrário, exige do ser humano a qualidade do equilíbrio interior, do autoconhecimento, da capacidade de empatia, para uma convivência em sociedade, baseada na ética.

A sobrevivência humana pode depender dessas qualidades donde a alteração do ambiente com sua consequente degradação traz prejuízos ainda maiores e, quiçá, problemas insolúveis.

Assim, o eu do indivíduo é condicionado por experiências iniciais como paradigma da própria personalidade e necessita de autoconhecimento para melhor gerir a sua vida e as escolhas que faz, impactando a vida em coletividade. Se nós não aliamos consciência e inteligência, corremos o risco do equívoco. Nesse sentido, o autoconhecimento nos dá a condição de conviver de maneira apropriada para conosco e para o ambiente, uma vez que estamos sujeitos à cultura, também. "O centro que irradia a desordem é o homem, é ele que projeta e amplifica no meio da desordem da própria vida individual e coletiva" (VIDOR, 2009, p. 170).

Também é importante observar a influencia do ser na sociedade e a prevalência do social sobre o indivíduo. O social predomina porque é o elemento organizador da vida em coletividade forçando o indivíduo à adaptação, gerando problemas quando desconhece as necessidades internas e orgânicas do indivíduo. Na interação imediata do próprio corpo com o ambiente, o ambiente influencia diferenciando o organismo.

Tanto o homem quanto o ambiente estão em conexão, e o conhecimento do homem ou sua ignorância não devem ser a causa da perturbação da ordem natural e de sua própria possibilidade de crescimento.

E já não é mais possível separar do homem aquilo que as tecnologias digitais já produziram como efeito sensível nas formas de relação, conexão, interação, compartilhamento de informações. Essas tecnologias já estão naturalizadas como parte e modelo de vida em sociedade.

Concluindo, podemos dizer que a plenitude do ser está em buscar a verdade, num sentido mais aristotélico, resgatando a ordem natural, por meio do autoconhecimento, e da exatidão de sua consciência, em condutas que o levem à manutenção do meio como possibilidade de vida comum em sociedade, seja esta vida orgânica, tecnológica ou híbrida.

Assim, poderíamos pensar que Schopenhauer, ao escrever "A arte de ter razão" teria apenas sugerido ao seu leitor, com certo sarcasmo, como não agir, ao invés de confirmar suas intuições como uma bula para este tempo.

REFERÊNCIAS

CIVITA, V. Arthur **Schopenhauer**: vida e obra. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 2005.

DICIONÁRIO DE LATIM. Disponível em https://www.dicionariodelatim.com.br/ Acesso em: ago. 2019.

FALABRETTI, E.; OLIVEIRA, J. **Filosofia**: O livro das perguntas. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2011.

FERRARI, P. **Comunicação digital na era da participação**. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. 210 p. Disponível em: http://www.editorafi.org Acesso em: fev. 2019.

FERRARI, P. **Fluido, fluxo**: reflexões sobre imagens voláteis, gênero, pós-verdade, *fake news* e consumo neste tempo de espirais fluidas. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. Disponível em: http://www.editorafi.org Acesso em: 01 fev. 2019.

FRIAS FILHO, O. O que é falso sobre *fake news*. São Paulo: **Revista USP**, n. 116, p. 39-44, jan./mar.,2018. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i116p39-44

SCHOPENHAUER, A. Do pensar por si. Disponível em: https://omartelodenietzsche.com/2018/11/09/livros-de-schopenhauer-para-download-em-pdf-gratuito/. Acesso em: fev. 2019.

SCHOPENHAUER, A. Esboço de uma história da doutrina do ideal e do real. Disponível em: https://omartelodenietzsche.com/2018/11/09/livros-de-schopenhauer-para-download-em-pdf-gratuito/ Acesso em: fev. 2019.

SCHOPENHAUER, A. O vazio da existência. Disponível em: https://omartelodenietzsche.com/2018/11/09/livros-de-schopenhauer-para-download-em-pdf-gratuito/ Acesso em: fev. 2019.

SCHOPENHAUER, A. **Sobre a vontade na natureza**. L&PM Pocket. Edição do Kindle. 2019.

SCHOPENHAUER, A. **A arte de ter razão: 38 estratagemas.** Petrópolis: Vozes, 2017.

VIDOR, Aléssio. **Filosofia elementar**. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2009.

WINCK, O. L.; TRICHES, I. J.; REZENDE,C. J. **Tópicos de Filosofia da Educação**. Curitiba: IESDE Brasil S.A.,2009.